

latório de atividades anuais, tendo por base os documentos produzidos para o efeito pelos laboratórios e centros de estudo;

d) Caso cumpra as condições legais para o efeito, propor ao Conselho Científico da FMH, os júris de agregação para posterior apreciação e proposição ao Reitor da UTL;

e) Pronunciar-se a pedido do Conselho Científico, sobre a composição dos júris de concursos para preenchimento de vagas dos mapas de pessoal docente e investigador;

f) Pronunciar-se sobre:

Pedidos de concessão de licenças sabáticas;

Relatórios de equiparação a bolseiro de longa duração e licenças sabáticas apresentados por docentes e investigadores;

Requerimentos de abertura de concursos para o provimento de lugares de docente e investigador;

Pedidos de equiparação a bolseiro e deslocações em serviço.

g) Garantir a realização das eleições previstas neste regulamento;

h) Nomear um Vice-Presidente, de entre os membros eleitos do Conselho de Departamento, cujo mandato cessa com a cessação do mandato do Presidente;

i) O Presidente pode delegar competências no Vice-Presidente que assegurará ainda as suas funções em caso de ausência ou de impedimento;

j) Executar as delegações de competências que lhe forem atribuídas pelos órgãos da Escola;

k) Exercer, em permanência, as funções que lhe forem cometidas pelo Conselho de Departamento;

CAPÍTULO III

Espaços laboratoriais e prestação de serviços especializados

Artigo 13.º

(Espaços laboratoriais)

a) O coordenador de um Centro de Estudo ou Laboratório da FMH é nomeado pelo Presidente da FMH, sob proposta fundamentada dos seus membros, ouvidos o Conselho de Departamento o Coordenador da Área Disciplinar e o Conselho Científico.

b) Os regulamentos dos Laboratórios e Centros de Estudos associados ao departamento, serão elaborados pelo Conselho de Departamento e posteriormente sujeitos a aprovação pelo Presidente da FMH, após ouvido o Conselho Científico.

Artigo 14.º

(Prestação de serviços especializados)

a) A prestação de serviços especializados ao exterior, pelo departamento, é efetuada nos termos da regulamentação geral da FMH e da UTL e dos protocolos por estes celebrados com outras instituições;

b) Os recursos gerados pela prestação de serviços especializados são, para todos os efeitos, sujeitos às regras de utilização definidas pelo Conselho de Gestão da FMH, sem prejuízo da regulamentação geral da UTL sobre esta matéria.

CAPÍTULO IV

Eleições

Artigo 15.º

(Eleição do Presidente do departamento)

a) O Presidente do departamento é eleito, por escrutínio secreto, por todos os membros do Conselho de Departamento. Só são elegíveis os professores catedráticos ou associados deste Conselho. Após a eleição competirá ao Presidente da FMH a nomeação do Presidente do Departamento;

b) As eleições para o Presidente do Departamento realizar-se-ão num prazo máximo de quatro semanas após (1) a eleição do Conselho de Departamento ou (2) a vacatura do lugar, em calendário a definir pelo Conselho de Departamento.

c) O mandato do Presidente do departamento é de dois anos;

d) O Presidente da FMH tem competência para exonerar o Presidente do Departamento em qualquer momento do seu mandato, por proposta do Conselho de Departamento.

Artigo 16.º

(Eleição do Conselho de Departamento)

a) As eleições para o Conselho de Departamento realizar-se-ão de acordo com o previsto nos pontos anteriores deste regulamento e também no Regimento eleitoral para o Conselho de Departamento, que se encontre em vigor.

Artigo 17.º

(Incompatibilidades)

Os membros do Conselho de Departamento que se encontrem numa das situações de incompatibilidade previstas na lei, nos Estatutos da UTL, ou da FMH, suspendem o seu mandato até que cesse a situação de incompatibilidade, sendo substituídos nos termos do disposto no ponto d) do artigo 7.

CAPÍTULO V

Disposições finais

Artigo 18.º

(Revisão e alteração do Regulamento)

O presente regulamento pode ser revisto em qualquer momento, por decisão de dois terços dos membros do Conselho de Departamento, devendo as alterações ser aprovadas pelo Presidente da FMH, depois de ouvido o Conselho Científico.

Artigo 19.º

(Entrada em vigor)

a) Este regulamento entra em vigor após a sua aprovação pelo Presidente da FMH, depois de ouvido o Conselho Científico;

b) Os titulares dos órgãos de gestão do departamento mantêm-se em funções até à tomada de posse dos novos titulares.

Artigo 20.º

(Omissões)

Nos casos em que este regulamento seja omissivo, aplicam-se com as devidas adaptações, os Estatutos da FMH, os Estatutos da Universidade Técnica de Lisboa e a lei Geral.

13 de julho de 2012. — O Presidente da Faculdade, *Carlos Alberto Ferreira Neto*.

206277811

Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas

Edital (extrato) n.º 702/2012

Faz-se saber que, perante o Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, pelo prazo de 30 dias, a contar do dia imediato ao da publicação do presente Edital no *Diário da República*, está aberto concurso documental internacional para recrutamento na modalidade de contrato de trabalho em funções públicas, de uma vaga de Professor Catedrático, área disciplinar de Ciência Política, da Universidade Técnica de Lisboa, a qual integra as seguintes unidades curriculares: Sistemas de Governo, Sociologia Política e Eleitoral, Representação Política e Sistemas Eleitorais, Partidos e Sistemas de Partidos, Organização e Avaliação de Processos Eleitorais, Política Comparada, Estado e Globalização, Gestão de Campanhas Políticas, Grupos de Pressão e Novos Movimentos Sociais, Cidadania e Participação Política, Elites Políticas e Sociais, Comunicação Política, Recrutamento Político, Laboratório I — Análise de Política Interna; Laboratório II — Análise de Política Externa, Seminário Intensivo, Métodos Qualitativos para a Ciência Política.

O concurso é aberto nos termos dos artigos 37.º a 51.º e 62.º-A do Estatuto da Carreira Docente Universitária, republicado pelo Decreto-Lei n.º 205/2009, de 31 de agosto e alterado pela Lei n.º 8/2010, de 13 de maio (abreviadamente designado ECDU), e demais legislação aplicável, designadamente do Regulamento Geral de Concursos para recrutamento de professores catedráticos, associados e auxiliares da Universidade Técnica de Lisboa, aprovado por despacho reitoral de 16 de junho de 2010 e publicado no *Diário da República*, 2.ª série, de 1 de julho e alterado por Despacho n.º 13071/2010, de 4 de agosto e publicado no *Diário da República*, 2.ª série, de 12 de agosto de 2010. Este procedimento cumpre também o requisito previsto no artigo 50.º n.º 1 da Lei n.º 64-B/2011, de 30 de dezembro, LOE 2012.

O despacho conjunto n.º 373/2000, de 31 de março, do Ministro da Reforma do Estado e da Administração Pública e da Ministra para a

Igualdade, determina a obrigatoriedade de nos concursos de ingresso e acesso se proceder à seguinte menção:

«Em cumprimento da alínea *h*) do artigo 9.º da Constituição, a Administração Pública, enquanto entidade empregadora, promove ativamente uma política de igualdade de oportunidades entre homens e mulheres no acesso ao emprego e na progressão profissional, providenciando escrupulosamente no sentido de evitar toda e qualquer forma de discriminação.»

Em conformidade com os artigos 37.º a 51.º do ECDU e demais legislação aplicável, e com disposto no artigo 9.º do Regulamento Geral de Concursos para recrutamento de professores catedráticos, associados e auxiliares da Universidade Técnica de Lisboa, observar-se-ão as seguintes disposições:

I — Despacho de autorização:

Despacho de 17 de julho de 2012, do Reitor da Universidade Técnica de Lisboa.

II — Local de trabalho:

Instalações do Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, sito na Rua Almerindo Lessa, Pólo Universitário do Alto da Ajuda, em Lisboa.

III — Requisitos de admissão:

São, nomeadamente, requisitos de admissão ao concurso:

a) Ser titular do grau de doutor em Ciência Política há mais de cinco anos e detentor do grau de agregado em Ciência Política;

b) Domínio da língua portuguesa falada e escrita — os candidatos de nacionalidade estrangeira, exceto os dos Países de Expressão Oficial Portuguesa, deverão entregar diploma reconhecido oficialmente, comprovativo do domínio da escrita e da oralidade da Língua Portuguesa;

c) Instruir a candidatura com os documentos descritos no capítulo IX deste edital.

IV — Requisitos à admissão em mérito absoluto:

Ser titular do grau de doutor há mais de cinco anos, ser detentor de um currículo científico e pedagógico que se situe na área disciplinar em que é aberto o concurso e ser detentor de um currículo científico e pedagógico compatível com a categoria a que concorre.

V — Parâmetros preferenciais:

Docência e investigação nas unidades curriculares no âmbito das quais foi aberto o concurso.

VI — Critérios de seleção e seriação e respetiva ponderação:

Os candidatos serão selecionados e seriados a partir da análise dos seguintes elementos:

A) Atividades curriculares, organizadas com base nos elementos referidos no n.º 6 do artigo 50.º do Estatuto da Carreira Docente Universitária, sendo a ponderação global destas atividades de 70 %;

B) Projeto pedagógico e científico da área disciplinar em que é aberto o concurso, conforme previsto no artigo 5.º do Regulamento Geral de Concursos para recrutamento de professores catedráticos, associados e auxiliares da Universidade Técnica de Lisboa (Despacho n.º 10908/2010, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, de 1 de julho), sendo a ponderação global deste relatório de 30 %.

A avaliação das atividades curriculares inclui os seguintes critérios e fatores, cuja ponderação é a que consta na tabela respetiva, devendo os candidatos apresentar os respetivos currículos de acordo a estrutura abaixo indicada, sem prejuízo de poderem acrescentar em rubricas adicionais outros dados que considerem relevantes.

| Critérios | Pesos dos critérios | Fatores | Pesos dos fatores |
|--|---------------------|---|-------------------|
| 1 — Atividades de Ensino (AE) | 35 % | 1.1 — Coordenação e gestão de projetos pedagógicos | 15 % |
| | | 1.2 — Produção de material pedagógico | 25 % |
| | | 1.3 — Atividade letiva | 35 % |
| | | 1.4 — Avaliação da atividade letiva pelos alunos | 25 % |
| | | <i>Subtotal</i> | 100 % |
| 2 — Atividades Científicas (AC) | 35 % | 2.1 — Produção científica | 35 % |
| | | 2.2 — Coordenação e realização de projetos científicos ... | 20 % |
| | | 2.3 — Constituição de equipas científicas | 20 % |
| | | 2.4 — Intervenção na comunidade científica | 20 % |
| | | 2.5 — Dinamização da atividade científica | 5 % |
| | | <i>Subtotal</i> | 100 % |
| 3 — Atividades de Extensão Universitária, Divulgação Científica e Valorização do Conhecimento (AEU). | 10 % | 3.1 — Prestação de serviços | 30 % |
| | | 3.2 — Serviços à comunidade científica | 30 % |
| | | 3.3 — Serviços à sociedade | 25 % |
| | | 3.4 — Ações de formação profissional | 15 % |
| | | <i>Subtotal</i> | 100 % |
| 4 — Atividades de Gestão Universitária (AGU) | 20 % | 4.1 — Atividades em órgãos de gestão | 40 % |
| | | 4.2 — Atividades nas unidades de coordenação pedagógica e científica. | 20 % |
| | | 4.3 — Atividades nos centros e institutos de investigação | 30 % |
| | | 4.4 — Atividades em cursos de pós-graduação e de especialização. | 10 % |
| <i>Total</i> | 100 % | <i>Subtotal</i> | 100 % |

VII — Sistema de valoração final:

Todos os critérios são valorados numa escala de 0 a 20 valores.

VIII — Apresentação de candidaturas:

As candidaturas deverão ser entregues pessoalmente na Secção de Recursos Humanos do ISCSP, sito na Rua Almerindo Lessa, Pólo Universitário do Alto da Ajuda, 1300-663 Lisboa, até ao termo do prazo fixado para a apresentação de candidaturas, ou remetidas pelo correio, sob registo e com aviso de receção, expedidas até ao termo do referido prazo.

IX — Instrução da Candidatura:

A candidatura deve ser instruída com os seguintes documentos:

a) Requerimento dirigido ao Presidente do Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, solicitando a aceitação da sua candidatura e contendo identificação completa, morada, número de telefone, endereço eletrónico e situação laboral presente;

b) Declaração, sob compromisso de honra, de que satisfaz os requisitos previstos na lei e no presente edital relativos à admissão ao concurso;

c) Dez exemplares, impressos ou policopiados e um em formato eletrónico não editável (pdf), do *Curriculum Vitae* do candidato, onde constem as atividades científicas, pedagógicas e outras relevantes para a missão das instituições de ensino superior realizadas pelo candidato, tendo em consideração os critérios de seleção e de seriação e os parâmetros preferenciais constantes dos capítulos V e VI do presente edital;

d) Um exemplar impresso, policopiado ou em formato eletrónico não editável (pdf) de cada um dos trabalhos publicados de índole pedagógica, científica, técnica ou outra;

e) Dez exemplares, impressos ou policopiados e um em formato eletrónico não editável (pdf), do projeto pedagógico e científico, o qual deverá ser redigido a 1,5 espaços, em fonte de impressão Times New Roman 12 ou Arial 10 e não exceder 40 páginas.

Se o candidato assim o entender, poderá no seu *Curriculum Vitae* incluir a indicação dos seus trabalhos que considera mais representativos, nomeadamente no que respeita à sua contribuição para o desenvolvimento e evolução da área disciplinar e das respetivas unidades curriculares.

X — Comprovação dos requisitos de admissão

Os documentos relativos à admissão ao concurso são apresentados nos termos do artigo 27.º e seguintes do Regulamento geral de concursos para recrutamento de professores catedráticos, associados e auxiliares da Universidade Técnica de Lisboa, aprovado por despacho reitoral de 16 de junho de 2010 e publicado no *Diário da República*, 2.ª série, de 1 de julho e alterado por Despacho n.º 13071/2010, de 4 de agosto e publicado no *Diário da República*, 2.ª série, de 12 de agosto de 2010, designadamente:

- a) Certidão de doutoramento;
- b) Certidão de agregação;
- c) Fotocópia simples do Bilhete de Identidade ou do cartão do cidadão;
- d) Certificado do registo criminal.

XI — Idioma:

Os documentos que instruem a candidatura devem ser apresentados em língua portuguesa e devidamente autenticados pelas entidades emittentes. No caso dos candidatos de nacionalidade estrangeira, todos os documentos devem ser devidamente autenticados pelas entidades emittentes e pelos Serviços Consulares do respetivo país e traduzidos em Português, à exceção dos elaborados em Espanhol, Francês ou Inglês.

XII — Constituição do Júri:

O júri será constituído pelo Reitor da Universidade Técnica de Lisboa, que preside, e pelos seguintes vogais:

Doutor José Adelino Maltez, Professor Catedrático do Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas da Universidade Técnica de Lisboa;

Doutor António de Sousa Lara, Professor Catedrático do Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas da Universidade Técnica de Lisboa;

Doutor Fernando dos Reis Condesso, Professor Catedrático do Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas da Universidade Técnica de Lisboa;

Doutor Marcelo Rebelo de Sousa, Professor Catedrático da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa;

Doutor Luís Filipe Lobo-Fernandes, Professor Catedrático da Escola de Economia e Gestão da Universidade do Minho;

Doutor Luís Manuel Vieira de Andrade, Professor Catedrático da Universidade dos Açores;

Doutor António Jorge Pais Costa Pinto, Investigador Coordenador do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa.

24 de julho de 2012. — A Vice-Presidente, *Alice Donat Trindade*.
206278338

INSTITUTO POLITÉCNICO DE LEIRIA**Aviso n.º 10342/2012**

Para efeitos previstos no n.º 6 do artigo 36.º da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de janeiro, na redação dada pela Portaria n.º 145-A/2011, de 6 de abril, torna-se público que, por despacho de 6 de junho de 2012, foi homologada pelo Presidente a lista unitária de ordenação final do procedimento concursal aberto pelo aviso n.º 24389/2011, de 14 de dezembro, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 243, de 21 de dezembro de 2011, para o recrutamento de dois técnicos superiores, da área de recursos humanos e relações humanas para exercerem funções na Direção de Serviços de Recursos Humanos do Instituto Politécnico de Leiria.

A lista unitária de ordenação final homologada encontra-se publicitada na página eletrónica do IPL (www.ipleiria.pt), e afixada nas instalações dos Serviços Centrais do IPL.

Da homologação da lista de ordenação final pode ser interposto recurso nos termos gerais de direito.

6 de junho de 2012. — O Presidente do IPL, *Nuno André Oliveira Mangas Pereira*.

206279318

Despacho n.º 10336/2012

**Estrutura Curricular e Plano de Estudos do Mestrado
em Comunicação e Media da Escola
Superior de Educação e Ciências Sociais**

Na sequência de decisão favorável à sua acreditação prévia pela Agência de Avaliação e Acreditação do Ensino Superior, foi registado na Direção-Geral do Ensino Superior com o n.º R/A — Cr 111/2012, o ciclo de estudos conducente ao grau de mestre em Comunicação e Media, a funcionar na Escola Superior de Educação e Ciências Sociais do Instituto Politécnico de Leiria.

Assim, ao abrigo da alínea b) do n.º 1 do Artigo 92.º da Lei n.º 62/2007, de 10 de setembro, conjugada com o disposto nos artigos 67.º e seguintes do Decreto-Lei n.º 74/2006, de 24 de março, alterado pelo Decreto-Lei n.º 107/2008, de 25 de junho, determino a publicação da estrutura curricular e do plano de estudos do ciclo de estudos criado.

25 de julho de 2012 — O Presidente, *Nuno André Oliveira Mangas Pereira*.

ANEXO

**Estrutura Curricular e Plano de Estudos do Mestrado
em Comunicação e Media**

- 1 — Instituição de ensino — Instituto Politécnico de Leiria.
- 1.1 — Unidade orgânica — Escola Superior de Educação e Ciências Sociais.
- 2 — Grau — Mestre.
- 3 — Especialidade — Comunicação e Media.
- 4 — Número de créditos, segundo o sistema europeu de transferência e acumulação de créditos, necessário à obtenção do grau — 120.
- 5 — Duração normal do ciclo de estudos — 4 semestres.
- 6 — Áreas científicas e créditos que devem ser reunidos para a obtenção do grau:

| Área científica | Sigla | Créditos | |
|-------------------------------------|-------|--------------|-----------|
| | | Obrigatórios | Optativos |
| Ciências Empresariais | CE | 22,5 | 60 |
| Informação e Jornalismo | IJ | 22,5 | 60 |
| Ciências Sociais e do Comportamento | CSC | 15 | |
| <i>Subtotal</i> | | 60 | 60 |
| <i>Total</i> | | 120 | |

7 — Plano de estudos:

Instituto Politécnico de Leiria**Escola Superior de Educação e Ciências Sociais****Curso de Comunicação e Media****Grau de Mestre**

Área Científica predominante: Ciências Empresariais/Informação e Jornalismo

1.º semestre**QUADRO N.º 1**

| Unidades curriculares | Área científica (1) | Tipo | Horas de trabalho | | Créditos | Observações |
|---|---------------------|-----------|-------------------|------------------|----------|-------------|
| | | | Total | Contacto (2) | | |
| Comportamento Organizacional e Comunicação Interna. | CSC | Semestral | 202,5 | TP: 37,5; OT: 12 | 7,5 | |
| Relações Públicas, Protocolo e Comunicação Institucional. | CE | Semestral | 202,5 | TP: 37,5; OT: 12 | 7,5 | |